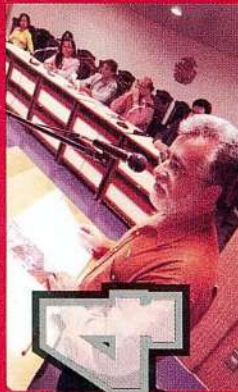
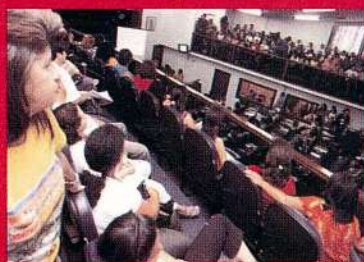
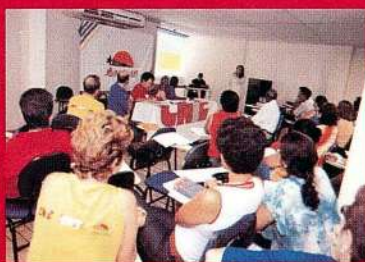




NOVOS RUMOS

Edição 3 - Março/2005 - distribuição gratuita

A Educação nas mãos do(a)s trabalhadore(a)s



2004

2005

Educação: direito estratégico para a mudança da sociedade

Página 4

Ação humana e liberdade

Página 6

O financiamento da Educação

Página 9

O Direito à Carreira e a Valorização do Magistério

Página 12

Direito à educação e carreira

Página 17

Comunicação, instrumento de cidadania

Página 20

Organização, estrutura e inclusão tecnológica do Sintep/MT

Página 23

Gestão
"Pra continuar valendo nosso suor"

Presidente:
Júlio César Martins Viana

Jornalista Responsável:
Regina Deliberai-DRTE-MT
281

Fotos:
José Medeiros
Marcus Vaillant

Produção:
Pau e Prosa Comunicação
65-3052.3284/65-3052.1138
contato@paueprosa.com.br

Rua Manoel Ferreira de Mendonça,
nº 299 - B. Bandeirantes
Cuiabá/MT - CEP 78.010-160
Fone: 65-623.4343 / 0800-654343
Fax: 65-623.4699
sintep@terra.com.br
comunicacao@sintep.org.br

A educação nas mãos dos/as trabalhadore/as

Paulo Freire apontava em seus escritos que a educação é fundamental para a transformação da sociedade. Afirma que sozinha a educação não transforma, mas sem ela não se transforma coisa alguma.

É nessa compreensão que o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino público de Mato Grosso (SINTEP/MT) realizou seu XII Congresso Estadual, na urgência em convocar os/as trabalhadores/as da educação para debater temas fundamentais para nossa organização sindical.

O direito à educação se inclui na compreensão de que todo cidadão e toda cidadã tem direito ao acesso a educação pública, gratuita e de qualidade, ofertada pelo sistema público de ensino, voltada para a formação e qualificação para a vida e a cidadania.

Garantir uma educação pública, gratuita e de qualidade supõe garantir as condições para tal. Nesse horizonte, o Direito à Carreira para os/as trabalhadores/as da educação se torna um bem da sociedade, que proporciona a(o)s trabalhadores/as as condições para o desenvolvimento de suas funções. Dentre estas condições estão piso salarial profissional, formação continuada e jornada única de trabalho.

A mobilização da categoria para responder aos desafios propostos supõe uma organização e estrutura do sindicato de modo a possibilitar uma comunicação em tempo real com a categoria.

Neste sentido, urge pensar meios para dar condições de pensar a Inclusão Tecnológica do Sintep/MT.

No 3º número da revista "Novos Rumos", o SINTEP/MT reúne textos dos temas apresentados e debatidos no XII Congresso Estadual da Categoria realizado em outubro de 2004.

Agradecemos aos professores Júlio César Martins Viana (presidente do Sintep/Mt) e Luiz Augusto Passos (professor da Universidade Federal de Mato Grosso), a professora Juçara Dutra Vieira (presidente da CNTE), e ao companheiro Antônio Carlos Spis (secretário de Comunicação da CUT Nacional) pela colaboração neste congresso.

reiras. O segundo aspecto é o das movimentações da rede estadual para municipal ou do município X para o Y. Toda nossa carreira passada se desfaz? Toda experiência profissional que realizamos recomeça? Tudo parte do zero?

A lei de diretrizes que estamos propondo diz que a movimentação de uma rede pública para outra rede pública não significa interrupção do exercício profissional e não significa recomeço da carreira profissional, se todos estão na mesma educação básica, infantil, fundamental ou média. Esse é um conceito completamente novo. No caso de Mato Grosso, dialoga com o quê? Com a velha luta, até hoje não resolvida e que não abandonamos, isto é, a disputa pelo sistema único de ensino, para exatamente eliminar as fragmentações que nos dividem em pedaços. Num período do dia somos uma parte municipal, no outro período do dia somos uma parte estadual. Noutro período somos as duas coisas ao mesmo tempo e no quarto e último período do dia, somos bagaço. É para res-

ponder a isso que falamos da movimentação no duplo sentido, e isso, companheiros e companheiras, tem contradições no interior da nossa categoria. E é bom que não abandonemos as contradições no interior da nossa categoria, que é a cultura do famoso acúmulo de cargos. Infelizmente, tramitam na Câmara dos Deputados projetos de lei para ampliar o acúmulo de cargos. Não é para restringir, é para ampliar.

Na história do serviço público brasileiro, todas as vezes que observamos uma acumulação de cargo, a consequência e a causa ao mesmo tempo são uma só: desvalorização salarial em todas as carreiras. Nosso projeto dialoga com outros, que querem ampliar a possibilidade da acumulação de cargos. Devo lembrar que o Sintep já recebeu uma opinião do Supremo Tribunal Federal dizendo que o limite de 44 horas semanais é um limite dos patrões e não um limite dos trabalhadores, que podem escolher trabalhar 80 horas por semana, como se isso fosse uma livre escolha. Estamos numa soci-

idade da liberdade, respondendo a uma demanda do nosso Sintep. O Supremo disse que o limite de 44 horas não é para o trabalhador, é para o empregador. Nesse sentido, é bom refletirmos as condições de identidade da nossa categoria em relação a isso. Nosso projeto atua sobre uma outra proposição: piso salarial profissional nacional.

Para ter carreira com diretrizes nacionais e piso salarial profissional, necessariamente as condições de funcionamento da educação básica, devem dialogar com uma nova organização — já proposta pelo Sintep, onde debatemos o antigo Fundo Único de Educação Básica Pública do Estado de Mato Grosso — considerando que hoje na proposta do governo federal, e mesmo da CNTE, antes era Fundeb, o Fundo da Educação Básica, a progressão salarial dessa carreira e a jornada de trabalho.

Se procurarmos no texto da proposta que fizemos um número para a jornada de trabalho, não encontraremos porque a jornada de trabalho do



Coral de Flautas Meninos do Pantanal

Educação: direito estratégico para a mudança da sociedade

Juçara Dutra Vieira

Na história da nossa organização caminhamos sempre olhando para frente, mas muitas vezes damos passos milimétricos. Outras vezes alguém nos faz parar, retroceder. Temos que armazenar toda a nossa energia para caminhar de novo. Se não fosse assim, não teríamos chegado onde estamos porque é nessa correlação de forças que estabelecemos nossos embates e amadurecemos nossa luta.

Refletir sobre educação hoje pressupõe refletir sobre algo mais amplo. Posso dizer que o principal desafio para nossa geração são os rumos do processo civilizatório. Chegamos a uma encruzilhada na qual precisamos decidir o que queremos para a história da humanidade. Começamos um milênio e um século com todas as possibilidades técnicas e materiais, e chegamos até aqui com guerra, violência, desigualdades sociais, analfabetismo, pobreza, miséria e exclusão das mais variadas formas. E por que chegamos a isso? Porque a humanidade não cresceu paralelamente ao seu avanço técnico. Tivemos uma opção muito clara por um projeto de globalização excludente.

A mundialização é perseguida pela humanidade há milênios. Cada um quer conhecer seu vizinho, então, a mundialização não é um fenômeno recente, a não ser a característica excludente. E nós, trabalhadores, nos vemos diante desse mundo, fragmentado, de desigualdades.

Sabemos que a educação não tem os instrumentos políticos, econômicos e institucionais para mudar. Então, se não temos essa condição, por que falamos sobre isso e pensamos a educação nesse modelo? Embora não tenhamos instrumentos, ferramentas, temos a condição de começar a repensar esse modelo e denunciá-lo, especialmente provocando novas alternativas e soluções para um destino melhor para a humanidade que queremos e na qual inserimos nossa vida e militância.

Nessa perspectiva, devemos construir um pensamento que questione esse modelo, que concretize o papel histórico que nós temos, que consiste nossa tarefa de educadores na sala de aula, na can-

tina, na secretaria ou em qualquer espaço que estejamos, inclusive no sindical. Fazemos tantos eventos e análises de conjuntura, mas é importante não colocarmos isso distante da nossa vida e da nossa prática. Quanto menor fica o horizonte para nós trabalharmos, mais frustrante é o resultado da nossa luta.

Direito à educação é fundamental e estratégico para mudar a sociedade e só o asseguramos quando temos a própria sociedade decidida a ter uma educação escolarizada, paga com os seus recursos. Direito à educação significa também seu financiamento público. Por toda a pressão que temos da imprensa, dos governos, acabamos achando que é o governo mesmo quem financia a educação. Ele é um mero instrumento que deve atuar nesse financiamento e acaba sendo o gestor que decide em nome da sociedade e decide fazer quase sempre em desfavor dessa mesma sociedade.

Falar em financiamento é estratégico para nós porque supõe avaliar as condições do país, Estados e municípios. Uma campanha, proposta pela CNTE, que ainda não ganhou corpo, consistência, é a campanha para a redução da dívida brasileira em benefício da educação. Achamos que agora é o momento até porque alguns setores do governo estão convencidos dessa necessidade.

Temos recursos vinculados para a educação e sempre que há uma tentativa de desvinculação de recursos é acompanhada de um movimento político que visa tornar menos democráticas as relações de poder na sociedade. Alcançamos essa vitória anos atrás, depois perdemos e voltamos a ter vinculação de recursos, que são insuficientes para garantia do direito à educação. E por que são insuficientes? Porque o Brasil apre-



Congresso Sintep-MT out/2004

senta um processo muito rápido de deslocamento da população da zona rural para a urbana. Em 40 anos, passamos de 45% da população urbana para mais de 78%, o que demandou novas escolas e vagas. Claro que é um processo, combinado também com a necessidade de pais e mães, trabalhadores e trabalhadoras. É um processo combinado com o crescimento da consciência social e política, com alguns gestores que, de fato, priorizam a educação, como prefeituras progressistas.

Temos a necessidade de aumentar o investimento na Educação, que são de 25% nos Estados e municípios. Os 18% da União acabaram por serem insuficientes para dar conta da nova demanda que se instalou no país por várias razões, mas acho que a demográfica é uma razão bastante importante.

Há dez anos já tínhamos o debate sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento na educação básica, só que como tantos outros, foi perdendo seu significado quando o governo assumiu parte dessa bandeira e transformou em FUNDEF para atender apenas o ensino fundamental, e para que a responsabilidade fosse dividida somente entre estados e municípios. Portanto, agora temos a condição de estar discutindo novamente o FUNDEF, que é um fundo para toda educação básica. É importante pensarmos em reconstituir uma condição de debate sobre o financiamento da educação básica, que não significa ir buscar recursos da universidade, mas novos recursos e idéias a respeito do direito a Educação, na Constituição desde 1988, mas que na verdade não conseguimos ainda constituir. É um direito que pressupõe investimento. Temos a questão

da dívida, o percentual do PIB, os vetos do PNE, FUNDEB, inversão da privatização no ensino superior.

A CNTE defende a reforma universitária porque entende que houve, nos últimos anos, uma brutal privatização do ensino superior, chegando a uma relação de 30% para as instituições públicas e 70% para as particulares. No entanto, é contra o ProUni, mecanismo que representa compra de vagas e não resolve, estruturalmente, a desproporção existente. Ressalva, no ProUni, a destinação de cotas para alunos de escolas públicas, dentre eles, os afro-descendentes.

Temos que garantir o direito a aprender porque é impensável, no contexto de modernidade técnica, um aluno de quarta série não saber. Não é por falta de teoria pedagógica, nem de inteligência, não é por falta de vontade dos trabalhadores porque, muitas vezes, são os mesmos nas escolas públicas e particulares. A organização da gestão das escolas não permite ao aluno o direito de aprender. Vejam que coisa mais paradoxal, você está dentro da escola sem o direito de aprender. Hoje a escola brasileira não é mais o lugar de aprendizagem. É o lugar das políticas compensatórias. Por isso, ainda não fecharam as escolas. Ainda não surgiu ninguém com a ousadia de privatizar, abertamente, as escolas. São privatizadas de um modo disfarçado. É a escola que se preocupa com tudo – vacina, trânsito, etc –, menos com a questão principal que é a garantia à aprendizagem.

O direito à educação passa pela construção de um sistema nacional de educação e sobre isso há um grande debate. Acredito que podemos garantir esse direito com sistema e gestão democráticos. A sociedade tem que visualizar a organização desse sistema, ver como e de que são constituídas as escolas de ensino fundamental, escolas médias e escolas infantis. A Constituição diz que cabe aos municípios a educação infantil e aos Estados a educação média. No entanto, historicamente, a instalação de escolas se deu dentro da possibilidade de cada comunidade. Quem tinha mais articulação perante o governo do Estado criava as escolas estaduais. Quem não tinha ia bater na porta da prefeitura e criava as escolas municipais. Então, não é sem explicação que às escolas rurais têm as menores condições de trabalho e acesso. Há escolas estaduais de centros urbanos com características de escolas particulares. As escolas municipais já não são a mesma coisa. Sem organização desse sistema, o direito vai ser sempre desigual. A construção de um sistema com responsabilidade compartilhada pode assegurar a mesma qualidade a todas as escolas.

Antes de falar em mobilização, gostaria de falar sobre o direito à educação relacionado à valorização profissional. Temos uma categoria que não tem acesso à modernidade técnica. Claro que, mesmo com escolas aparelhadas, o mais importante é o processo interativo em que os sujeitos ensinantes são sujeitos aprendentes. Também, nós, dependemos em grande medida da qualidade da educação. Dependemos da figura dos educadores, professores, funcionários especializados. Assegurar o direito à educação não é apenas comprar computadores - tomara que consigamos comprá-los. Assegurar o direito à educação é garantir que os alunos tenham profissionais da educação, formados, atualizados, remunerados e dedicados exclusivamente ao setor, com condições de conhe-

cimento para além da rotina do seu trabalho.

A questão da valorização profissional é um direito do aluno, além do nosso direito corporativo legítimo. Aliás, a relação entre os corpos que compõem a sociedade permite sua existência. Nossa sociedade muitas vezes é preconceituosa em relação ao corporativismo dos trabalhadores, mas admite as formas patronais. Corporativismo é uma coisa muito legítima na medida que também mostra que tem uma parte do tecido social, que somos nós.

Hoje, a valorização profissional depende da carreira, do salário, das condições de trabalho, muito mais que tempos atrás. Depende de saúde física e mental também associadas às condições de trabalho.

Os gestores do capital são forças muito consolidadas que atuam no sentido de inibir o direito à educação e por isso quando alertamos que a educação está sendo discutida no âmbito da Organização Mundial do Comércio, não é um risco imaginário dos sindicalistas, que vêem fantasmas por todos os lados. Vários países, dentre eles Estados Unidos e Inglaterra, já colocaram a educação como um serviço para ser discutido no âmbito da OMC. Portanto, é o capital determinando quem tem direito a uma educação de mais ou menos qualidade. Temos agentes políticos de várias naturezas, parlamentares, comunicadores economistas, que influenciam essa questão.

Ao chegar em Cuiabá assisti ao horário político e vi o Wilson Santos dizer que "a prefeitura vai economizar R\$ 50 milhões no final do ano, porque vai terceirizar serviços, que é um indicativo de modernidade, porque administração moderna já chega fazendo as coisas, não fica conversando em assembléias e reuniões". Essa é uma concepção política que as pessoas têm, até coerente com o seu modo de pensar, mas que interfere nos direitos da sociedade, nos direitos a serviços públicos. Temos a impressão que o serviço público é uma concessão dos gestores. No entanto, é o que há de mais permanente para a sociedade que vive dele: saúde, escola, casa, e assim por diante. Quanto mais o gestor puder enxugar o serviço público, maior benefício ele estará prestando para a sociedade? Então, é a sociedade quem deve decidir isso.

O que você leva meses para construir, a imprensa pode destruir em 30 segundos. Por isso, as organizações sociais são forças que interagem e que temos que trabalhar com elas. Às vezes, com algumas, há discordância, mas estrategicamente com aquelas que temos o mesmo projeto precisamos fazer pressão. Temos um histórico de mobilizações, caravanas, marchas e assim por diante. Precisamos não apenas de ir à frente da Assembléia Legislativa, Secretaria da Educação, Palácio do Governo dizer que queremos financiamento da educação. Temos que mostrar nossos números, estudos, análises de orçamento porque se nós não fizermos isso, eles nos desconstituem como interlocutores. Precisamos desenvolver isso, o que não é fácil, mas que é uma tarefa conjunta do sindicato, lideranças e de todos nesse congresso.

Juçara Dutra Vieira é presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE)



Ação humana e liberdade

Luis Augusto Passos

A discussão da verdade dos direitos não depende exclusivamente da nossa condição de trabalho, mas da nossa condição humana. Depois do desastre em que a perversidade mostrou o poder de destruição da humanidade, houve uma grande esperança de que, assim como as pessoas são capazes de destruir, podem também reverter essa condição dramática e fazer do horizonte humano, um caminho de esperança, liberdade, comunhão e democracia. Foi nesse intuito que as cartas de direitos humanos foram delineadas após a guerra. A Declaração dos Direitos Humanos veio para explicitar, assegurar a condição de nos fazermos humanos e livres e estender esta condição para todo e qualquer cidadão e cidadã, independente do lugar onde vivem, de sua diversidade étnica, superando barreiras sociais e raciais. Pelo fato de sermos humanos, teríamos condição de poder exercer com liberdade a ação humana responsável e livre, sem violação nem constrangimentos, gozando de respeito de todos os outros seres humanos.

A grande carta de direitos humanos olhava a universalidade que se particulariza em cada homem e mulher deste mundo, e a partir da sua condição humana afirmava ser inalienável à espécie humana constituir direitos subjetivos. Direito à saúde, educação, ao trabalho, à justa remuneração, expressão, organização, de ir e vir, direito à sua escolha particular, religiosa, partidária, enfim, tudo aquilo que garanta a possibilidade da plena realização das suas potencialidades através da sua liberdade e arbítrio.

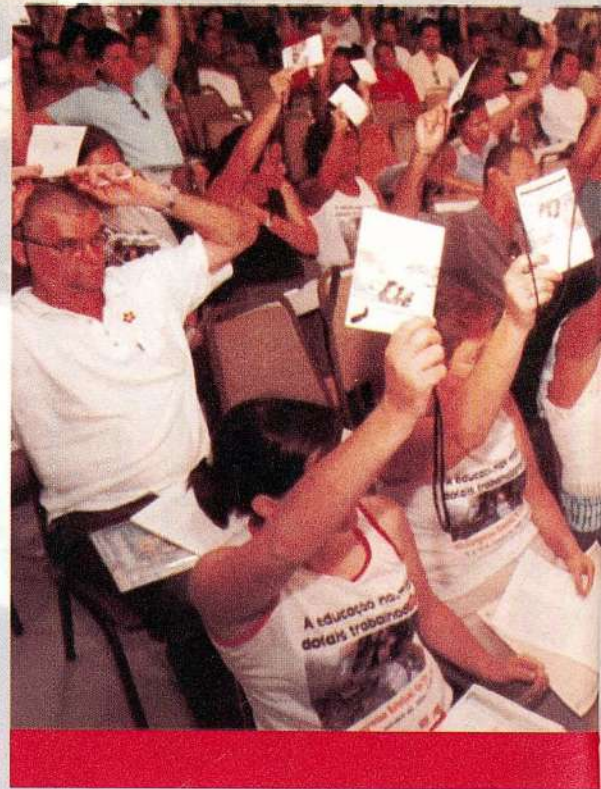
Contudo, é essa condição humana que é desdita na sociedade pelo modo de organização produtiva, que estabeleceu uma lógica de produção espelhada na separação da humanidade em grupos daque-

les que podem e dos silenciados, daqueles que têm visibilidade e dos invisíveis, daqueles que são calados.

Infelizmente, há condições estruturais do próprio sistema capitalista, que se fazem presentes nas organizações sociais e políticas e se reproduzem como cultura desumanizadora. Os Estados tinham, no espírito do pacto social, a tarefa de constituir um grande pacto entre todos, em favor da liberdade de expressão. Deveriam dar garantia de que ninguém fosse oprimido, de maneira particular aquele ameaçado pelo direito hegemônico que é dado as pessoas com maior força de capital e cultura simbólica. Contudo, não é apenas a condição humana, como se fosse uma condição natural do gênero ao qual pertencemos, que está na esfera desses direitos, mas nós, pessoas vivas, enquanto indivíduos e enquanto sociedade que conseguimos transcender a alguma condição da nossa animalidade temos - pela ação do mercado - denegado o direito a ter direitos (Arendt). Ora, à dimensão humana se acrescenta, toda dimensão simbólica que construímos pela cultura e que hoje também constitui direito inalienável: direito à subjetividade, ao carinho, ao afeto, ao lazer, à comunicação, ao espaço, ao sustento, à qualidade de vida, a termos condições de cidadania, a termos participação política nos destinos da humanidade como um todo. Todas essas condições alargaram o tamanho de nossa humanidade, e que hoje seqüestra bens, estes, que implicam para qualquer pessoa uma violação de toda liberdade de ser.

Vivemos, particularmente no Es-

tado de Mato Grosso, uma dissonância em relação aos nossos direitos como trabalhadores e cidadãos. Quando me refiro a cidadãos estou dizendo que a nossa condição política de liberdade de decisão, está fundamentalmente lesada. O Estado de Mato Grosso foi assaltado pelo poder econômico. Temos um governo que, na verdade, se apossou do Estado, inclusive sem a pretensão de ser o Estado definido pelo pacto social, ou seja, com a função de representar a população



de cidadãos dessa porção da terra de Mato Grosso. O que tivemos foi um assalto de uma coalizão de grupos econômicos de soja, algodão e arroz que se apossou do poder. Em seus discursos, está aí em todos os jornais, fala como chefe desse grupo de poder econômico, não fala como cidadão político, não fala como representante desta porção de Nação que o território de Mato Grosso representa.

Esse esbulho da democracia, do voto de todos nós, se constitui

na primeira forma fraudulenta de não respeitar a possibilidade da sociedade vir a ter o direito que lhe é inalienável: o do controle desse mesmo Estado. Esse Estado está a serviço de um capital delinqüente porque mata a cidadania, não encontrará perspectivas de manutenção a longo prazo, porque sequer permite sustentabilidade real para a vida dos que nele moramos.

A condição de luta do Sintep contra esse Estado é absolutamente legítima, e – saliento – mesmo que fosse ilegal, seria legítima. Já não coincidem estes estatutos! O poder político tem forjado leis e normatizado, freqüentemente, contra a sociedade. Por outro lado, a

a objeção de consciência e resistência cidadã. É desta forma que me parece que se abre uma perspectiva para nós, hoje do ponto de vista da educação.

O processo de administração da profissão docente que afeta a rede escolar estadual é uma vergonha. Praticamente temos quase 70% dos professores sem carreira e sem estabilidade. As escolas são arbitrariamente utilizadas como massa de manobra pela política de plantão. Uma forma indecente de não garantir concursos públicos para formar profissionais de carreira e com estabilidade, condições absolutamente essenciais para a construção da sociedade, dos valores e do próprio bem-

estar para nossos filhos, netos e para a geração que virá depois de nós.

A perplexidade de todos nos chama para uma luta extremamente acirrada contra essa forma de poder totalitário e indecente. Nos chama para uma luta pela democracia, uma luta pela cidadania.

A desconstituição da nossa humanidade, dos nossos direitos, não apenas é uma questão individual particular e pessoal, mas quando o direito de qualquer um de nossos companheiros e companheira é diminuído, violado, quando é impedido e constringido, - em especial dos mais pobres -, fere

a todos nós como humanidade, inclusive fere os próprios opressores, que se desumanizam das condições de humanidade.

Temos como projeto de esperança a grande possibilidade de recriar um momento de luta. Com gana, com tesão. A luta de valor é aquela que se contrapõe às situações da sua limitação. É o esforço de lutar contra o que nos impede de sonhar e transcender às condições de garantia de nossa posição de liberdade. E não estou falando

de uma liberdade individual, que nunca é plena liberdade. Mas de uma liberdade solidária, que precisa que ninguém deixe de ser livre. Não estamos no momento final da história, como gostaríamos os neoliberais, estamos no começo da luta por uma humanidade democrática e livre. Estamos no começo da luta por uma humanidade nova que, com certeza, não tem mais o aval dos homens e mulheres calados e silenciados pela violência, degredo, trabalho escravo, morte e destruição.

Há uma humanidade nova, gestada a partir das periferias, a partir dos grupos que estão sendo desconstituídos pela violência e pelos direitos. É assim que quero assentar a condição humana no currículo. A melhor tradução para idéia de 'currículo' é de uma trajetória, um rumo que precisa ser descoberto e recriado a cada momento, a partir de cada passo. A possibilidade de criar um currículo é figurado pela idéia de quem caminha em direção a um horizonte, ao caminhar o horizonte nos escapa, vai além. Por isso, o currículo não é algo que recebemos estabelecido, normatizado. Algumas vezes se tentou fazer dentro do país, por exemplo, através dos PCNs (Planos Curriculares Nacionais) que terminaram na prática sendo uma proposição de direção, um currículo estreito e forçado, posto goela abaixo. Um currículo honesto a gente só faz no chão da história e da escola, a partir das pessoas que lá estão a caminho dentro do processo educacional. Não pode ser feito por uma burocracia tecnocrática sem mãos na massa. É feito do rosto e histórias dos nossos alunos soldado ao rosto do educador na sala. Um currículo não é traçado a partir das nuvens, mas a partir do sofrimento, das conquistas e alegrias de cada um de nós, pensando-nos como inconclusos, capazes de nos-ir-fazendo humanidade solidária.

Nossa história desenhou e continuará para o futuro desenhando o rosto de cada um de nós. Descobrimos para onde vamos, uma direção aberta à possibilidade humana porque so-



Congresso do Sintep-MT out/2004

legitimidade implica na necessidade dos cidadãos jamais abrirem mão do conteúdo da sua liberdade, dos respeitos fundamentais a sua condição de cidadania. Enquanto houver opressão, enquanto não falarem em nosso nome, e, portanto falarem contra nós e os interesses majoritários da população, esses governos serão ilegítimos: estou no âmbito mais simples da leitura de Rousseau, Voltaire e Montesquieu. Estou falando de mecanismos clássicos de rebeldia como

mos incompletos. O que é mais dramático e importante em nossa humanidade parte fundamentalmente de uma incompletude visceral. É por isso que o desejo nos impele e nos empurra permanentemente àquilo que não temos. É por isso que as utopias estão vivas no horizonte, só terminam com a morte. O que nos põe a caminho, que nos dá a trajetória, que desenha o currículo, é fundamentalmente o que nos falta e, portanto, o que não temos e por isso desejamos. Somos seres de desejos. Ancorados nessa ausência, nessa falta, nessa incompletude é que cada um de nós como humanidade, não nos bastamos: não nos criamos humanos sozinhos, carecemos de um elo com a liberdade dos outros e outras.

A condição humana é a mais pobre das condições essenciais. Um passarinho, ao sair do ovo é capaz de garantir sua sobrevivência. Uma codorninha já sai correndo em busca de alimento, não precisa de mãe, nem de pai. Nós, homens, precisamos da humanidade inteira para garantir a possibilidade da nossa vida. Houve pai, mãe, família, pessoas, que fizeram nossa história. Somos um dom da humanidade, somos um grande presente daqueles que tomaram decisões antes mesmo da nossa existência. A carência humana é o que nos permite estar abertos a uma construção que se acumula dia-a-dia e que podemos, por isso mesmo, construí-la, com toda responsabilidade, com os outros e outras. É por isso que o educador é aquele que precisa ter ouvidos para ouvir, de forma a acolher os outros, suas faltas e desejos. Não é comum o currículo da nossa universidade e de nossas escolas se dirigir na direção oposta: falamos porque pensamos que sabemos, e não ouvimos!

Partimos muitas vezes da concepção que aquele que terminou os estudos, o professor, já não precisa mais ouvir. No entanto, é a única condição que nos coloca a caminho, nos permite ouvir as condições concretas de cada rosto,

cada coração, cada pé: é o único lugar da expressão do desejo. Há descobertas, sabedoria que não temos porque não estamos na pele dos nossos alunos. Não há professor sem alunos. Precisamos aprender com nossos alunos porque eles são o complemento da nossa humanidade e de nossa 'professoricidade'. Com nossos alunos nos tornamos mais humanos. No diálogo, no debate, na busca conjunta por outros saberes. Temos nesse diálogo um caminho para a construção da humanidade livre, democrática, com direitos sociais garantidos, que afirme a condição humana como um único caminho que não se submete a ser instrumentalizada, a ser máquina, a ser coisa dos processos produtivos. É por isso que vamos brigar pelos processos da legislação existente, vamos ampliar os direitos sociais. É para isso que existe um congresso, um seminário. Nós, enquanto categoria, enquanto classe, sabemos na pele o

quanto custam nossos sacrifícios, suor, sangue, lágrimas e vitórias.

Somos nós que temos competência de dizer aos gestores da educação deste Estado qual caminho a ser trilhado. É preciso lutar diuturnamente pela condição de liberdade que não nos é assegurada sem ela. É preciso lutar por um currículo a ser traçado com os nossos companheiros alunos e com a comunidade a qual pertencem.

O mais importante nesse congresso é ouvirmos as vozes dos companheiros e companheiras, aqui presentes. Nos resta mais do que nunca cada um de nós dizer aquilo a que se propõem, como sujeito de liberdade fazer, por nossa condição humana.

Luis Augusto Passos é professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

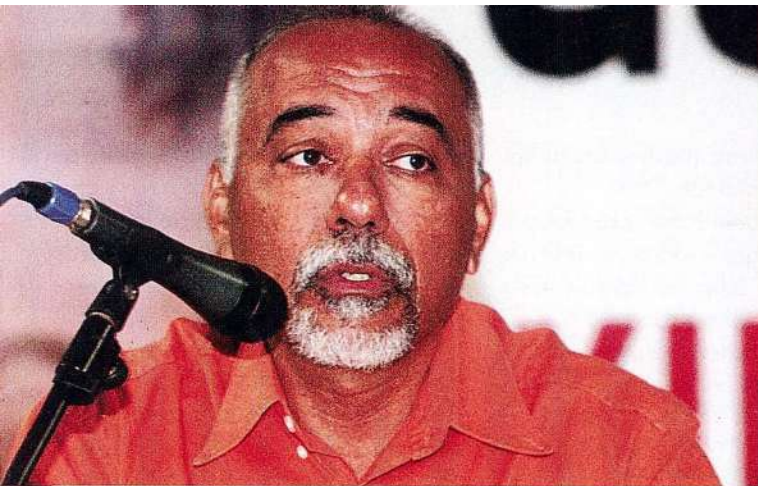
E.N.C CRÉDITOS

(65) 624-9646 / 622-2072
9909-4232 / 9901-3429

Empréstimos para servidores públicos (Vários bancos):

- ★ FEDERAL ★ ESTADUAL
- ★ MUNICIPAL ★ MILITAR
- ★ CORREIOS ★ SADIA
- ★ APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS

Refinanciamos e compramos dívidas de outros bancos



O financiamento da educação

Francisco das Chagas Fernandes

Quero inicialmente, antes de falar sobre o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério) especificamente, falar um pouco como nós entendemos a situação do Brasil como um todo, lembrando que há São Paulo, Roraima, Alagoas, Mato Grosso, Tocantins. Temos uma situação da educação que podemos resumir em três eixos: o primeiro é o da quantidade. O Brasil, nos últimos anos, avançou nas matrículas do ensino fundamental e colocou na escola 97% das crianças entre 7 e 14 anos, mesmo que ainda tenhamos quase 1 milhão de crianças nessa faixa etária fora da escola. O segundo é o da qualidade. Segundo o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), 55% das crianças de 8, 9 e 10 anos, ou seja, que estão na terceira ou quarta séries, têm problemas de alfabetização, letramento e leitura. Nesse estágio deveriam estar além tanto na matemática quanto na linguagem. Por outro lado temos um país com 14 milhões de brasileiros totalmente analfabetos, que têm filhos e filhas que vão à escola pública. Aí temos um componente da qualidade da educação que não está dentro da escola, mas fora dela. Isso também nos revelam as pesquisas.

Avaliamos que o principal componente para a qualidade da educação é o profissional da educação, ou seja, nossos professores e funcionários. Temos problemas na formação inicial e na formação

continuada dos nossos trabalhadores da educação. Temos mais de 40 mil professores dando aulas na educação infantil que não têm o nível médio. Temos em torno de 210 professores que estão também no sistema gradual de 5º a 8º série. E nós não temos um sistema de formação continuada de professores. Temos no Brasil muita formação continuada de professores pelo menos quantitativamente, mas não temos o sistema nacional de formação continuada de professores.

No nosso entendimento, mudar esse quadro significa colocar na ordem do dia a questão da inclusão e da qualidade, essencial para essa inclusão. Se colocarmos 97% das crianças na escola sem qualidade, com certeza elas vão ser 35 ou 40 milhões de analfabetos funcionais futuramente. Em síntese, é com essa situação que estamos trabalhando. Não resolvemos essa situação da noite para o dia, precisamos tomar algumas medidas estruturais.

A questão do financiamento hoje tem basicamente três níveis. O financiamento constitucional de transferências, de apuração de impostos, aquele que cada Estado, cada município é obrigado a investir no mínimo 25% com a educação, e o Estado 18%. Um outro nível é o salário educação, onde as empresas contribuem com 2,5% da folha de pagamento para o ensino fundamental. O valor é dividido, 2/3 para o Estado e município e 1/3 para o governo federal.

Outro nível de financiamento da educação são os empréstimos internacionais. Para o ensino fundamental, temos o Fundescola (Fundo de Forta-

lecimento da Escola) que atinge apenas três regiões do país: Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Temos o Promed (Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio) para o ensino médio e o Proep (Programa de Expansão da Educação Profissional) para todo o ensino profissionalizante. Basicamente temos esses três empréstimos internacionais hoje no Brasil.

Vou voltar a falar sobre o financiamento constitucional de transferências e acumulações de impostos, que é os 25% e 18%. Na realidade, foi o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) que mexeu no jeito de investir uma parte dos 25% nos Estados e municípios. Você tira 15% desses 25% dos Estados e municípios de quatro impostos e constitui um fundo estadual para cada Estado, que redistribui recursos de acordo com o número de matrículas do ensino fundamental. Na prática, o Fundeb é isso, 15% de quatro impostos que é distribuído dentro do Estado de acordo com o número de matrículas.

No nosso entendimento, há dois princípios que foram importantes para o Fundeb. Um deles é a equalização dentro do Estado, ou seja, tanto faz o aluno ser do município mais rico ou mais pobre do Estado. Ele tem o mesmo investimento do Fundeb. Outro princípio geral importante do Fundeb é a pretensão de diminuir as diferenças regionais. Digo pretensão porque a lei não foi cumprida por todos

esses anos. O artigo sexto da lei do Fundef garantiria a complementação da União para aqueles Estados que têm um valor mínimo muito baixo.

Portanto, continuamos com as diferenças regionais. Para se ter uma idéia vou dar só um exemplo. O valor mínimo do Fundef nesse ano no Estado de Roraima previsto é de R\$ 1.700,00 por aluno por ano. No Estado de São Paulo, está previsto R\$ 1.400,00. Em Mato Grosso deve estar em torno de R\$ 900,00. Em alguns Estados do Nordeste o valor mínimo é de R\$ 537,00 já com a complementação da União. Portanto, se fizemos um gráfico veremos que no ensino fundamental do Brasil há valor mínimo de R\$ 1.700,00, de R\$ 1.400,00 e R\$ 1.000,00 e R\$ 537,00. A pretensa lei do Fundef vai elevar os R\$ 537,00 para diminuir as diferenças regionais, mas com certeza a diferença no financiamento da educação intervém na qualidade da educação como um todo.

De qualquer maneira, no meu entendimento, esses dois princípios, da diminuição e pretensão, foram importantes para o Fundef nos últimos anos. Por outro lado, há pelo menos cinco pontos que fazem com que nós trabalhem com a possibilidade de mudar o Fundef. O primeiro deles, que é universal também, o Fundef é apenas para o ensino fundamental, ou seja, canalizou recursos deixando a educação infantil e o ensino médio de fora.

O segundo ponto, que para nós é problema, é a pretensão de avançar nos custos/qualidade previstos na lei. Não houve avanço. Durante esse período, não se conseguiu nem avançar em pesquisa de custo/qualidade, mesmo que a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) e várias outras entidades que compõem a Campanha Nacional pela Educação já tenham feito várias oficinas, provocando discussão sobre custo/qualidade. Mas, oficialmente, o governo não conseguiu defender o custo/qualidade apesar do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), que é o órgão de pesquisa do Ministério da Educação (MEC) junto a 10 universi-

dades brasileiras, mostrar dados sobre custo/qualidade.

Outro ponto sobre o Fundef que merece destaque é o valor mínimo por aluno, que a União complementar para diminuir diferenças. A diferenciação do custo dentro do ensino fundamental. Pela lei, devem ser estabelecidos valores diferentes para 1ª a 4ª, para 5ª a 8ª, para educação especial e para educação no campo. Mas isso não foi feito. Ainda há outros problemas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. Antes de ser secretário da Educação Básica do Ministério, passei um ano como diretor do Fundef, vários anos como conselheiro estadual e nacional do Fundef. Lutei contra o Fundef porque queria outra coisa. No entanto, terminei como diretor do Fundef, cargo que ocupei por um ano. Deparei com problemas burocráticos, Lei de Responsabilidade Fiscal, um problema que se acumulou nos municípios. O Fundef determina que no mínimo 60% do fundo são para a remuneração dos professores, e a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que há um teto máximo de 54% para o pagamento de pessoal nos municípios. Isso não seria um conflito legal, pois a lei do Fundef predomina sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por último, destaco a organização do sistema de funcionamento dos conselhos, que foi uma grande conquista. Temos muitas experiências boas de funcionamento dos conselhos do Fundef pelo Brasil afora.

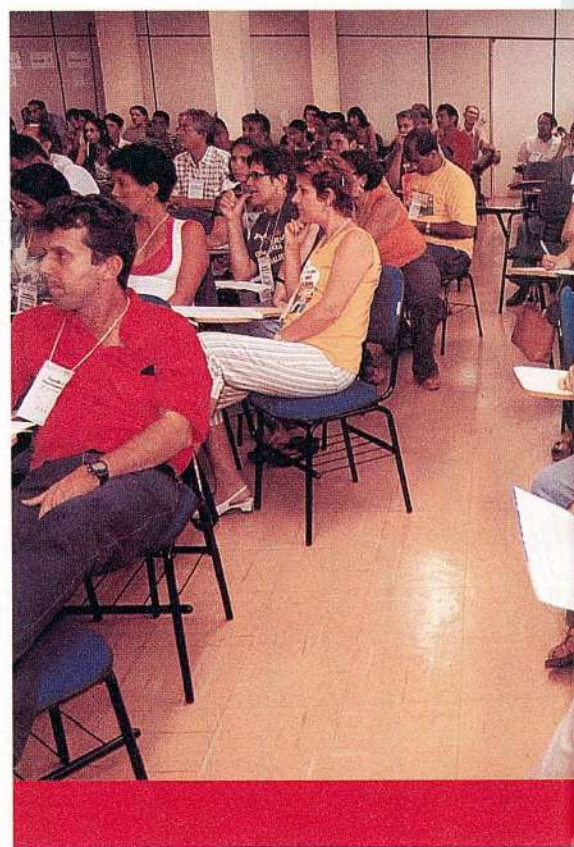
Em linhas gerais as propostas para o Fundeb são:

a) Assegurar o financiamento que promova a inclusão sócio-educacional em toda educação básica. Estamos dirigindo uma super vinculação de recursos não apenas para uma etapa da educação, mas, para toda educação básica: infantil, fundamental, ensino médio e modalidades. Os objetivos principais são:

· Promover a equalização pela distribuição dos recursos da educação entre Estados e municípios.

· Concorrer para a universalização do atendimento da educação básica.

Esse princípio tem a ver com o Plano Nacional da Educação (PNE). O que o PNE traz das suas metas para educação básica em relação às matrículas? A progressiva universalização na educação básica. A creche passa a estar na educação. Não temos a pretensão de universalizar a creche, que está ligada a educação básica.



A proposta visa universalizar a matrícula da educação básica, infantil e médio, com destaque para creche.

b) Reduzir as desigualdades com garantia de investimento mínimo que assegure qualidade do ensino.

No Fundef este princípio não está sendo cumprido. Pretendemos trabalhar com essa proposta para cumprir, que é diminuir as diferenças regionais.

c) A valorização dos profissionais da educação.

Destacar o piso salarial para o magistério não significa que a lei do Fundeb determinará o piso salarial.

Haverá uma lei específica para tratar dessa questão.

Quatro características básicas do Fundeb: Fundo único de natureza estadual. Isso é importante porque por alguns anos a população brasileira ouvia que o Fundef era um fundo nacional, mas o Fundef não é um fundo nacional, ele é composto por 27 fundos estaduais.

Queremos que o Fundeb seja permanente. O Fundef acaba em 2006 e, por isso, existem pressões tanto para a redefinição do financiamento através do Fundeb quanto para

menos três impostos próprios IPTU, ISS e TBI que são altos. Mas há outras cidades de Mato Grosso, que não têm os três impostos na lei, mas não os arrecada. Essa é uma boa discussão que estamos tratando com o Ministério da Educação e os centros federados dos municípios.

Universo de beneficiados. Para se ter uma idéia, as matrículas da educação básica aumentaram, segundo o último censo de 2004. Saímos de 31,2 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental para 49 milhões de alunos, que é toda a educação básica e as modalidades.

Bom, aí é só para vocês terem uma visão do que muda em relação à mobilização de recursos do Brasil como um todo unindo os 27 Estados. Em 2003, foram mobilizados R\$ 24 bilhões. Em 2004, o Fundef vai mobilizar R\$ 28,8 bilhões. Na nova proposta do Fundeb, a movimentação sai de R\$ 28 bilhões para R\$ 52 bilhões para a educação básica, no contexto em que estamos.

A participação da União tem que ser debatida, não só porque manda recursos para os Estados e municípios, mas porque a população brasileira precisa entender que os recursos são estaduais e municipais.

A União arrecada e transfere.

Estamos trabalhando a perspectiva de que a União se comprometa com o percentual definido em lei para a complementação do fundo em cada Estado de acordo com a definição dos valores. Temos dois problemas. Um deles é a desvinculação de recursos da União (DRU), que acontece desde a criação do Plano Real: dos 18% que a União deve investir na educação, 20% são desvinculados, isto é, a União pode gastar onde quiser. Nós propomos a revinculação desses 20% para complementar o Fundeb.

Outra questão é o salário edu-

cação. Estamos propondo que o salário educação seja para toda educação básica e não apenas para o ensino fundamental. Não é apenas o ensino fundamental que precisa de livro didático. Estamos trabalhando para que haja também livro didático no ensino médio. No próximo ano, as regiões Norte e Nordeste vão ter livros didáticos de Matemática e Português para a 1ª série. Vamos trabalhar na perspectiva de universalizar os livros didáticos para o ensino médio.

Fixar um valor mínimo nacional diferente para cada etapa e modalidade. A pretensão é que o Fundeb faça a diferenciação de valores para todas as etapas.

Um outro ponto em discussão é de que em vez de no mínimo 60% dos recursos do Fundef serem investido na remuneração do magistério, nós estamos trabalhando com a proposta de 80% para todos os profissionais da educação, incluindo os funcionários.

Essa é a perspectiva que estamos trabalhando. Na nossa avaliação, isso estaria dentro dos limites orçamentais dos Estados e municípios, porque em todas as pesquisas de mobilização de campanhas salariais sempre que se conversou com governador, com prefeito, eles disseram que gastam 90% de sua arrecadação com pagamento de pessoal. E esse é um dos pontos de muita dureza na negociação com Estados e municípios.

Os princípios da proposta estão em debate com as entidades federadas, governo federal, governos estaduais, municipais e a representação da sociedade civil organizada, através das suas realidades. O debate está sendo realizado para todos os interessados. Na minha opinião, o Fundeb seria muito mais tranquilo de ser trabalhado se já tivéssemos um regime de colaboração definido no Brasil. Como não temos, estamos na contramão com a proposta de redefinição do financiamento da educação do nosso país.

**Francisco das Chagas
Fernandes é secretário de
Educação Básica do MEC**



Conselho de Representantes dez/2004

a manter o Fundef.

O que muda em relação ao Fundef e Fundeb? No Fundef, trabalhamos com 15% dos impostos de transferência para Estados e municípios, SPM, SPS, SMS, IPTU e exportação.

Qual é a proposta para o Fundeb? É de trabalhar com 25% de todos os impostos de transferências. Cada ponto apresentado deve ser discutido com os agentes federados (Estados e municípios). Cada Estado e município se diferenciam um do outro. Por exemplo, há impostos próprios dos municípios. Cuiabá tem pelo



O direito à carreira e a valorização do magistério

Carlos Abicalil

A realização do 12º Congresso Estadual do Sintep, em outubro, inseriu-se no contexto de enfrentamento de uma política determinada e orientada, no âmbito do Estado de Mato Grosso e de parcelas dos seus municípios, que criminaliza o movimento sindical e desrespeita inclusive, dispositivos da lei. Restringe a mobili-

dade dos dirigentes do nosso sindicato e indica, sem dúvida nenhuma, um tipo de postura que rememora tempos vividos há dez, 12 anos atrás, no tratamento com o movimento sindical e que, evidentemente, para nossa tristeza, não é um fato isolado com relação à condução de um governo estadual.

As iniciativas de criminalizar o movimento sindical do setor público, em especial de educação, de restringir as atividades sindicais, instituir multa pela atividade de exercício livre do direito de greve, cassar liberações de dirigentes, alterar conquistas estatutárias no sentido de reverter o quadro de avanço, que digo com toda tranquilidade, nosso sindicato representou nacionalmente uma referência importante, como é a constituição também da lei orgânica dos trabalhadores de educação pública do Estado de Mato Grosso e do programa de profissionalização de funcionários e funcionárias. Evidentemente, essas marcas que conquistamos com muita luta, uma identidade coletiva que compartilhamos ao longo da construção dos 39 anos de organização do SINTEP, com a mobilização nacional dos trabalhadores e trabalhadoras da educação no país inteiro e que nos deu oportunidade, por muitas vezes, de interagir com outros sindicatos de outras categorias, também apontam nesse momento da história a condição de reivindicar, como diz o lema do nosso 12º congresso: "A educação nas mãos dos trabalhadores da educação". Dizendo mais, que seu tema específico, da condição profissional, do direito à carreira e do domínio sobre a tecnologia, portanto, colocando aqui neste 12º congresso boa parte daquilo que foi o cenário de conceitos e de história, as quais vamos trabalhar.

No dia 17 de outubro comemoramos 10 anos da assinatura do Pacto Nacional de Valorização do Magis-

tério e pela Qualidade de Ensino. O acordo foi assinado na gestão do então presidente da República Itamar Franco; e, presidindo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), estava o companheiro Horácio Reis e eu, que era secretário de Assuntos Educacionais da CNTE; sendo tesoureiro da nossa Confederação, Francisco Chagas Fernandes, que hoje se encontra na condição de secretário da Educação Básica do Ministério da Educação. No próximo dia 14 estaremos fazendo memória no plenário da Câmara dos Deputados, dos 10 anos do acordo descumprido.

Nossa memória vai comemorar, sem festa, o aniversário de 10 anos de um acordo nacional que deveria ter sido efetivado. Foi a primeira oportunidade, inclusive, de o movimento sindical dos trabalhadores de educação básica do país ser reconhecido. Aquele era um ano de eleições, 1994. Inicialmente, a mobilização era contra a educação pública. Havia um movimento internacional para terceirização da educação em todo os marcos. A consideração feita era de que, por sermos serviço, não necessariamente deveria ser público, e não sendo público também não precisaria ser gratuito. E não sendo público, nem gratuito, não precisaria ter estatuto, estabilidade, carreira, afirmações profissionais. Porque tudo deve ser flexível, móvel, multifuncional, adaptado. Era esta a onda internacional. Com o pacto nacional que firmamos em 1994 colocávamos uma cunha importante de intervenção sobre como tratar a educação pública básica no Brasil. Reitero,

foi o primeiro documento nacional em que o governo brasileiro reconhecia a organização do Sindicato de Trabalhadores da Educação Pública Básica no país. Esta marca não podemos apagar da nossa memória. Esta marca é importante porque consolida, no cenário nacional, uma disputa de projeto político de interesse nacional e de conformação do horizonte de construção de direitos.

O deputado federal Carlos Abicalil, que presidiu esse sindicato, foi delegado sindical, professor interino, professor efetivo, diretor de escola, dirigente da CNTE, militante do partido. Alcançando um mandato coletivo, tomou iniciativa de enfrentar, no cenário nacional, um debate em que todas as tentativas anteriores, de muitos companheiros que vieram antes de mim à Câmara Federal, foram derrotados. Ao assumirmos o mandato, assumimos também um risco, mas com a aposta de não ser derrotado, ao conformar um Projeto de Lei nº 1592 de 2003 que estabelece os princípios e diretrizes para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública. Vamos tratar aqui cada palavra desse 1º parágrafo, sua função no debate nacional.

Uma lei federal só faz carreira para os servidores públicos federais, não faz para os estaduais, nem para os municipais, razão pela qual, do ponto de vista conceitual, para aquelas pessoas que estão lá há 20 anos, não cabe numa lei federal, tratar de carreira dos Estados e municípios. Fa-lei que não, porque cada Estado e

município é autônomo. Vejamos quais são as competências da União. Diz a Constituição que a União tem a prerrogativa de fixar diretrizes da educação nacional, por isso a LDB (Lei de Diretrizes e Base) é uma lei nacional, e nos Estados e municípios não pode haver nenhuma legislação que contrarie a LDB, embora os Estados e municípios possam ter seus sistemas de ensino, criar seus próprios conselhos municipais, ter normas próprias, decretos, organizar currículos.

Ao contrário do que se pensou ao longo desses anos todos, da constituinte para cá, vou propor uma lei de diretrizes para a carreira. Quando coloquei a palavra *diretrizes*, descaracterizei o argumento daqueles que diziam “não cabe na lei federal” porque a prerrogativa da lei federal foi fixar diretrizes de ocupação, e quando falamos de princípios, estamos dizendo que todas as leis estaduais e municipais, que passarem a existir em convivência com este projeto, depois de aprovado, terão de se adaptar às exigências desta lei. Atenção, porque isso vale para nossas estratégias! É importante entendermos, que no debate sobre os planos, na revisão dos estatutos do magistério que estiverem hoje sendo revistos nos Estados e municípios do país inteiro, em particular em Mato Grosso, estamos propondo princípios e diretrizes que faltam na carreira dos profissionais da educação básica pública do país inteiro. Cada palavra tem seu papel nos planos de carreira. Significa exatamente apontar condições de ingresso, permanência e mobilidade dentro dessa carreira.

Seja da formação inicial, seja do concurso público.

Estamos falando de profissionais da educação. A academia tem posição diferente da nossa. Ainda antes de ontem, discutindo com a rede nacional de formação continuada dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, havia uma distinção na exposição inicial sobre o conceito de profissionais da educação em relação aos trabalhadores da educação, mas nós estamos falando de um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que deverão ter prerrogativas profissionais para o exercício de sua carreira. Neste sentido, somos profundamente inovadores ao abrir espaços para conceitualização de profissionais que até então não eram e não são, em muitos lugares, reconhecidos como tais.

Da educação básica, portanto incorporando educação infantil, fundamental e média, e dentro dessas três etapas da educação básica pública as modalidades indígena, jovens e adultos, a distância, que são especiais, são modalidades que estão incluídas nas Redes de Ensino da União, dos Estados, Distrito Federal e dos municípios. Enfim, ao propor aqui, estamos vencendo uma barreira enorme. Em nome da Casa, fiz questão de colocar no nosso boletim eletrônico, que nós conseguimos pela primeira vez um parecer favorável, porque todos os quatro pareceres anteriores eram pela inconstitucionalidade do projeto, posto que não se poderia ter uma lei federal falando de estatuto de carreira dos Estados e dos municípios, um conceito antigo daqueles que entendem

que na nossa categoria não deva ter, como consequência, um piso salarial profissional nacional. São os mesmos argumentos. Quero dizer que nosso projeto dialoga com outro que modifica a LDB, e é o projeto do Senado Federal, da companheira senadora da República por Rondônia, Fátima Cleide — funcionária de escola pública do Estado de Rondônia, dirigente também da CNTE, Sintep de Rondônia e da CUT — que modifica o art.61 da LDB. O texto atual do art.61 da LDB não fala quais são os profissionais da educação; fala da formação. A companheira Fátima Cleide introduz um conceito sobre quais são os profissionais da educação que dialogam com os conceitos que nós colocamos em projeto.

Dos princípios do projeto de lei que estamos propondo, os principais são:

1- reconhecimento da educação básica pública e gratuita, que é um direito constitucional. Estamos, portanto, orientando as diretrizes da carreira que correspondem, por outro lado, ao direito constitucional da população brasileira, de alcançar de maneira universal o acesso a uma educação que seja pública e de qualidade, segundo a própria Constituição.

2- a consequência da data do serviço público. O acesso deve ser por concurso de provas e títulos na proposição do nosso projeto de lei. O concurso deve ser anual, não como hoje, a cada dois anos, inclusive prorrogáveis por mais dois anos. O concurso deve ser anual, de acordo com o plano municipal, estadual de expansão da rede pública de cada uma das nossas localidades.

Tais princípios dizem também como devem ser os critérios para movimentação dos profissionais, do que nós entendemos de movimentação dos profissionais. São duas coisas, fundamentalmente. A primeira é como evoluímos na carreira, do início ao final, lembrando que a Constituição nos impõe a avaliação de um desempenho, que é um problema que temos enfrentado e está mal resolvido. A avaliação do desempenho, reivindicação do movimento social por um lado e fracamente formulada por outro, para política pública de avaliação das car-



país inteiro é muito variada. Já temos categorias de educação pública em que os seus estatutos conseguiram, por exemplo, que a jornada máxima seja de 30, 32, 36 horas. Nossa recomendação é que seja uma jornada de tempo integral. Se fixarmos na diretriz um número para essas horas, poderemos gerar alguns complicadores para quem está abaixo disso. Prefeitos e governadores iriam puxar para cima aumentando uma jornada de trabalho para quem tivesse acima disso, a estratégia de criar acumulação de cargos, então adotamos a nomenclatura de jornada de tempo integral. Preferentemente, inferior a 40 horas semanais como é a orientação e resolução da nossa Central Única dos Trabalhadores. Há também, como esses princípios, a participação do projeto político pedagógico. A LDB, hoje, garante apenas aos professores o direito de participar da proposta político-pedagógica, e ainda assim, mesmo a LDB garantindo, sabemos quanto custa, em cada rede de ensino, essa participação.

Estamos dizendo que todos os profissionais da educação têm como direito e princípio da carreira a participação num projeto político-pedagógico e a gestão democrática. Aprovamos pela primeira vez na Câmara dos Deputados uma mudança na LDB que admite a eleição direta como forma de dar acesso aos cargos diretivos das escolas. A relatora foi a deputada Fátima Bezerra. Já passou na Câmara por todas as comissões e agora se encontra no Senado Federal.

Anualmente, as redes de ensino têm que publicar o lotacionograma. Isso dialoga com o plano municipal e estadual de educação. O censo da educação escolar permite que em todos os anos conheçamos quantas vagas, cargos e matrículas há na rede de ensino inteira, de modo que tenhamos o controle sobre a ocupação desses cargos e saibamos, inclusive, o controle sobre a necessidade. É a oportunidade de realização de nossos concursos públicos. Ao mesmo tempo, isso vem como medida da expansão da rede de ensino o mínimo de 20, o máximo de 40% de distância entre os vencimentos iniciais e finais da carreira.

Este é um tema que deve ser debatido e aprofundado na nossa categoria, o reajuste periódico dos vencimentos; e a CNTE já nos indicou uma emenda: ao invés de se escrever reajuste periódico se fixe a data-base, e esta emenda deve ser encaminhada ao relator que nesse momento é o deputado Paulo Rocha do PT, do Pará. O incentivo à dedicação exclusiva pode ser em incidência remuneratória ou outras vantagens de carreira. Estamos prevendo um incentivo, que precisa ser depois melhor definido em cada um dos estatutos municipais, estaduais e uma regulamentação específica para recepção de profissionais de outras redes públicas, para concessão dos afastamentos e para aperfeiçoamento de licenças sabáticas.

Direitos previdenciais. Esse é um dos temas mais caros para nossa categoria. No nosso projeto de diretrizes não podemos modificar a Constituição, portanto, o que escrevemos no texto das diretrizes é o que a Constituição assegura como mínimo a todos os profissionais da educação básica; asseguram-se os direitos previdenciais previstos na Constituição e aos professores e professoras, a aposentadoria especial, após os 25 anos para mulher, 30 anos para homem, desde que cumprido o exercício das funções do magistério definidas em lei. Aqui temos um ponto importante para destacar que diz respeito à aposentadoria especial de professores e professoras e a definição de quais são as funções de magistério. Vale a pena repetir porque o plenário, seguramente, mais uma vez questionará sobre as condições de aposentadoria de diretores e diretoras e de coordenadores e coordenadoras de escola.

Na Emenda Constitucional, conhecida como PEC paralela, conseguimos avançar nas condições de aposentadoria de todos os servidores públicos, incluindo professores e professoras, no sentido de, a cada ano adicional que estamos trabalhando para cumprir o mínimo de idade, termos um ano a menos para alcançar a aposentadoria. Eu, por exemplo, teria que trabalhar sete anos mais pelas regras de 1998, Emenda Constitucional nº 20, de Fernando Henrique Cardoso. Pela nova disposi-

ção, ao invés de sete anos, serão três anos e meio, só que nestes três anos e meio não pagarei o desconto previdenciário, o que significa que terei além de reduzida a minha idade, compensado três anos e meio de minha contribuição. Isto é um avanço importante na PEC paralela.

O salário dos professores no século XIX era semelhante ao dos juizes, particularmente os professores que trabalhavam no ensino médio. Professores e professoras primários tinham salários baixos e a maioria era das camadas superiores, normalmente eram mulheres bem casadas. As professoras eram em geral de classe média alta, casadas com gente de muitos bens. Para elas, não era um problema o enfrentamento do baixo salário em função de que não sobreviviam desta condição profissional. Era então uma renda adicional, quem sabe para cosméticos...

Em 150 anos houve uma grande mudança da população brasileira do campo para a cidade, aumentando a presença de homens, mulheres e seus dependentes nas cidades. Do êxodo rural derivam-se dois resultados. Para expandir a rede de educação houve a diminuição do valor do salário de todos os profissionais da educação básica, inclusive dos professores do ensino secundário. Houve, ao mesmo tempo, a necessidade de fazer a contratação crescente de professores de classes e rendas inferiores. E hoje o maior número de pessoas que se formam no curso de licenciatura, tem renda familiar inferior a dois salários mínimos por pessoa. Formamos como professores e professoras, como alunos e alunas num curso normal do nível médio, ou como técnicos, no caso do Arara Azul. Estamos provindo de família cuja renda é menor do que dois salários mínimos e meio. Portanto, muito diferente do final do século XIX. A desvalorização corresponde a uma perda do poder aquisitivo de presença social, mas, simultaneamente, corresponde à ascensão de uma outra categoria social, a condição de ter o exercício profissional bem regulamentado. Estamos entre os mais pobres do Brasil e não podemos descuidar disso nas nossas reuniões.

A Constituição de 1988 aborda a valorização como um tema que foi muito debatido, associada à qua-

lificação do ensino público que prevê plano de carreira. O concurso público, como determina o estatuto do magistério, deve ser de dois em dois anos, ou prorrogáveis por mais dois anos. Entretanto, não estabelece os parâmetros legais e ao mesmo tempo repercute a crise do financiamento. Nosso outdoor de campanha salarial diz "Mato Grosso enriquece e os trabalhadores da educação empobrecem". Essa crise de financiamento, nesse momento em que se discute a reforma tributária, tem de dialogar com a carreira e com o piso salarial profissional. Em 1996 aparece a Lei de Diretrizes e Bases, que fala dos mínimos que devem ser aplicados a um complicador, que é o pagamento de aposentados. Outro complicador foi o Fundef, que separou o dinheiro do ensino fundamental da educação infantil e do ensino médio. Muitos de nós somos concursados para educação básica e não para o ensino médio. Portanto, esses são os complicadores que surgiram ao longo da história.

A lei do Fundef diz que em 10 anos, 60% dos recursos devem ser para o ensino fundamental e, dentro deles 60% no mínimo para pagar professores em efetivo exercício. Ficaram de fora muitos atores desse cenário. Suspeito que hoje ao debater o Fundeb foi esclarecido que a proposta que está sendo desenhada pelo governo federal eleva para 80% e inclui todos os trabalhadores do ensino público e toda extensão da educação básica. Há um debate ainda sobre quem trabalha em creche. A fragilidade é que o Fundef não garantiu o piso e começamos a dialogar com o Fundeb sobre essa garantia. O valor mínimo não foi assegurado pela União e há o confinamento da concepção crítica de valorização do magistério apenas restrita ao exercício da sala de aula, não se estendendo a outros profissionais. Isso procuramos corrigir na proposição de leis.

Hoje temos uma sociedade em plena transformação. A escola como uma agência complexa de educação, lugar de vários profissionais, papéis, muitos conflitos e temas. Há uma ne-



Lançamento do livro Fundef: Efeitos e Perspectivas - Josete Maria Cangussú - Congresso do Sintep-MT out/2004

cessidade de democratização da estrutura profissional do ensino público. Há um estatuto de igualdade para todos os que, de forma permanente, têm a escola como um local de trabalho, portanto, estendendo aos funcionários e funcionárias da educação, o mesmo status de direito em relação a quem não é ainda portador dos títulos de licenciatura.

O objetivo é de valorizar a todos os profissionais da educação. Há outro projeto de lei nº 4177/2004, que entrou na Câmara dos Deputados em junho, que ajudará muito a sustentar nosso projeto. Pela primeira vez um governo federal, e me orgulho de dizer, o governo do presidente Lula, do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, propõe um projeto de lei que institui carreira para aqueles que antes eram não-docentes, desconhecidos e sem carreira na rede federal da educação. Só tenho a dizer ao presidente Lula que ele está atrasado porque, antes

disso, em 1998, nós fizemos isso aqui. Mas quero aplaudir porque - o fato de ter hoje o projeto de lei do governo federal apontando carreira para os profissionais das universidades federais, técnicos administrativos e da Rede Federal de Ensino - confirma que aquilo que construímos com a LOPEB (Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica) é correto e temos que dar um passo adiante, não deixando que retroajam os avanços que alcançamos aqui e, por outro lado, fazer com que essas conquistas também possam atingir 5653 municípios e as outras 26 unidades da federação brasileira.

Carlos Abicalil é deputado federal (PT/MT), professor da Rede Pública Estadual e mestrando em Educação pela Universidade de Brasília.

Direito à Educação e carreira

Juçara Dutra

Vou abordar a concepção do serviço público, o conceito de direito, de profissão e de cidadania. Estamos discutindo educação e debatendo a concepção de serviço público. Hoje há um movimento que ainda não é uma tendência, mas há um movimento mundial para institucionalizar aquilo que o capital já faz, que é a privatização dos serviços públicos na área da educação. Institucionalizar significa colocar a educação como serviço, como uma mercadoria a ser debatida no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Nós, então, nos deparamos, novamente, com a necessidade de debatermos a concepção do público: o que é público e o que é privado. E sendo público, o que é responsabilidade estatal, responsabilidade dos Estados nacionais.

Essa é uma preliminar para discutir o direito à carreira. O debate de concepção de serviço público ficou muito prejudicado em todo período de vigência das políticas neoliberais. Houve um outro significado da parte dos gestores que não queriam mais assumir os encargos públicos e passaram a mudar sua

concepção. Ao pensarmos no serviço público, temos que pensar na sua abrangência e qualidade. É diferente pensar em serviço público quando temos, por exemplo, o avanço da medicina. É impensável que uma pessoa com problema simples fique numa situação de saúde grave no momento em que temos um avanço tão grande na medicina. Portanto, o conceito de serviço público muda de abrangência na medida que a humanidade vai conquistando novas técnicas científicas. Hoje há todo tipo de diagnóstico, instrumentos e descobertas para aqueles que podem pagar. Por isso, eles têm que servir também para aqueles que não podem pagar, sem alterar a qualidade.

Hoje, o serviço público é diferente do que há 30, 40 anos atrás. A cidade de Porto Alegre, por exemplo, tem 95% da água tratada. Os 5% restantes dizem que é impossível chegar com água tratada por problemas tecnológicos, em função da porosidade do solo das ilhas. O serviço público deve ser prestado hoje a 100% da população. Para isso, temos que mudar também a abrangência e qualidade, exigências

as do serviço público em geral.

Dentro de uma concepção de serviço público, o tema que estamos tratando hoje é o direito a carreira. Na minha opinião, a exigência passa a ser o concurso público de ingresso porque, se precisamos recuperar o conceito de serviço público, precisamos repensar os mecanismos que assegurem qualidade, entre eles, a exigência do concurso público. Só através do concurso público criamos as condições de atendimento aos serviços que a sociedade passa a valorizar.

Um outro conceito de carreira que gostaria de trabalhar é o conceito de direito. Positivamente, já estamos tornando real a idéia do direito a educação. A idéia transita pelo menos nos nossos meios e agora já consegue algum espaço também na sociedade. Quero refletir sobre duas categorias de direito. Uma é a individual, que é a categoria do direito humano. A educação hoje é um direito humano fundamental, não apenas porque está na carta de direitos humanos, mas também porque hoje sem educação deixamos uma parcela muito grande da humanidade privada de outros direitos essenciais como direito à alimentação, moradia, liberdade de expressão, que são vinculados ao direito à educação. No momento em que temos uma condição melhor de inserção em relação à tecnologia, não podemos admitir que a educação seja apenas um acessório na vida das pessoas. Ela é um componente para que a pessoa possa ter qualidade de vida razoável. Por isso, é direito humano fundamental. A segunda categoria é o direito coletivo. Portanto,



um direito social. A sociedade exige o mínimo de garantias que sejam para o conjunto dela própria. Discutir o direito significa discutir o direito social e direito social coletivo. Na construção de direito coletivo no Brasil, por exemplo, conseguimos com a Constituição de 1988 discutir a educação básica como direito da sociedade brasileira. Direito à educação básica, infantil, fundamental, média, com suas modalidades. Então, não é somente um direito individual, é um direito social, que se incorpora na nossa discussão sobre carreira. A abrangência da carreira dos trabalhadores em educação é a educação básica porque é direito da sociedade.

Precisamos pensar a carreira também como garantia de estabilidade do serviço público. Mesmo com as mudanças de gestão da educação é necessário que a sociedade conte com o serviço estável, que é garantido pela carreira e não por contratações eventuais. Em alguma medida é a carreira que garante a sociedade a correção dos equívocos dos gestores públicos. Na ponta do processo não podemos alterar grandes políticas, mas garantimos pelo menos a manutenção da qualidade, mesmo com as mudanças de orientação dos gestores públicos.

O terceiro conceito que gostaria de trabalhar aqui é o conceito de profissão. Não há contradição em chamar os companheiros e companheiras de "profissionais" e de "trabalhadores" da educação. Uma coisa está vinculada ao seu trabalho, ao exercício profissional, e a outra está ligada à classe, à percepção que temos da sociedade. O conceito de profissão é um conceito inerente a nossa carreira. Nosso trabalho é mediado pelo conhecimento, que é um instrumento, um meio para conseguirmos alcançar nosso objetivo, que é fazer com que o aluno aprenda. Por sua vez, nosso trabalho depende da escolaridade e da prática. Se dependesse apenas da escolaridade, não precisaríamos de um diferencial, de uma carreira como trabalhadores em educação. Poderíamos ser engenheiros, advogados,

agrônomos, enfim, qualquer outra profissão. Mas a escolaridade é fundamental para nosso trabalho.

Ainda temos trabalhadores em educação que não têm escolaridade compatível com o nível, com a etapa na qual atuam. Pensar na prática é essencial para nossa relação com o conhecimento. Muitas vezes tratamos nossa atividade criativa nas escolas de forma um pouco subordinada, porque achamos que não produzimos teoria nas salas de aula, no nosso trabalho, no desempenho das nossas funções, seja fazendo a merenda, seja na descoberta de uma forma de trabalhar com determinado conteúdo. Na medida em que cumprimos o óbvio – em geral a criatividade é uma redescoberta do óbvio, fazer a mesma coisa de um modo diferente – produzimos teoria. Temos que incorporar a teoria ao nosso conhecimento porque é essencial na nossa dialética e no conceito de profissão. O conhecimento realimenta a prática.

Outro aspecto importante é que precisamos ter condições pessoais que nos permitem a interação com os alunos. Não basta ter bela voz, nem bela estampa. Podemos ser excelentes profissionais tendo 1,30 metro de altura, não somos candidatos a jogador de basquete. Podemos ter excelentes condições profissionais sendo magro ou gordo. Porém, há algumas condições pessoais indispensáveis para que a educação de qualidade aconteça. Por isso, as pesquisas sobre saúde mental dos trabalhadores em educação não são gratuitas e não são também descontextualizadas.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, com a Universidade de Brasília (UnB), fez uma pesquisa avaliando as condições de saúde física e mental dos trabalhadores em educação. Achamos que elas eram fundamentais para nossa tarefa. As pesquisas já mostram o quanto impacta negativamente estarmos adoecidos nas nossas escolas, seja por doenças profissionais, seja por condições adversas. Está na moda ir para a escola doente para não perder o prêmio da pro-

atividade. Essa é uma ação completamente inversa daquilo que precisamos como política para saúde dos trabalhadores em educação. Temos que pensar muito seriamente nessas condições.

O debate de hoje é a exigência da formação inicial e permanente dos profissionais da educação. Sem uma sólida formação inicial e sem formação permanente é muito difícil cumprirmos nossa tarefa. Temos que pensar na formação inicial, não como algo desconectado da formação permanente. O mundo muda, portanto nós precisamos nos atualizar. A UNESCO fez um estudo projetando o futuro. O estudo diz que temos que aprender durante toda a vida. Não podemos pensar na formação como algo acabado, como uma etapa, onde nós adquirimos o mínimo dos instrumentos e das ferramentas para ir ao trabalho. Temos que continuar sedimentando nossa formação durante nosso exercício profissional, porque passamos também toda a vida aprendendo.

Lembro de como eu era incompetente para lidar com o computador. Não sabia escrever um texto, precisava escrever a mão depois digitar. Às vezes tinha que digitar 20 páginas. Aos 54 anos me obriguei a aprender uma nova forma de pensar, até conseguir pensar na frente do computador, que é sem dúvida um grande aprendizado. Por isso comparo e imagino a alegria e satisfação de uma pessoa ao ser alfabetizada. Acabamos nos alfabetizando com outras linguagens e instrumentos. Por isso, a exigência da formação inicial e da formação permanente.

A propósito, deste assunto, gosto sempre de lembrar da pressão que fizemos no Ministério da Educação. Fizemos até um adesivo: "Certificar não, formar sim!", e que felizmente deu resultado porque aquela política de certificação estagnou e agora há um estudo, já adiantado, sobre uma rede nacional de formação, que ainda será insuficiente para a realidade brasileira, mas que já é um avanço.

Naquela época, dizíamos para



Lançamento dos livros *Identidade Expropriada* de Juçara Vieira e *Dissensos no Consenso* de Odorico Ferreira
 Congresso do Sintep-MT out/2004

o Ministério da Educação o seguinte: não dá para pensar em formação permanente desse jeito, com certificação, uns eliminando os outros, fazendo uma prova para ver quem é apto ou não, porque provavelmente os que não conseguirem ser aprovados são os mais necessitados da formação permanente. Propusemos que o Ministério da Educação fizesse uma pesquisa sobre como pensavam os trabalhadores da educação brasileira. Fizeram uma pesquisa com 2.000 professores, que mostrou como preocupação central dos trabalhadores em educação do Brasil a formação permanente, seguida do piso salarial. Recebemos o resultado da pesquisa com muita alegria porque a categoria respon-

deu muito claramente dizendo que se preocupa com a formação.

Quero, ainda, citar no conceito de profissão o que produzimos como piso salarial profissional nacional. Essa exigência de piso deve ser acompanhada de carreira. No conceito de profissão temos que pensar no espaço de exercício da nossa profissão, a escola. A exigência que temos que fazer em relação à carreira é uma organização mais sistêmica da educação, para sabermos onde está e qual é nosso espaço de mobilidade, dentro da gestão democrática e do projeto político pedagógico. Onde a gente possa refletir sobre a organização curricular. Uma carreira que não considere essas exigências de espa-

ço do exercício será uma carreira desconectada do nosso fazer.

Por último, vou discorrer sobre o conceito de cidadania. Já fizemos muitos debates sobre isso, sobre a relação com a Revolução 1789, que foi realizada pela burguesia contra a nobreza. De qualquer maneira, incorporamos a idéia de cidadania. Para mim, cidadania significa, hoje, a possibilidade de inclusão material, cultural, científica e tecnológica. Significa também conseguirmos pensar valores para nossa sociedade. Está claro que para pensarmos a carreira dentro da perspectiva de inclusão, temos que pensar na nossa ação política, que se dá no sindicato, comunidade e sociedade.

De nada adianta termos uma carreira se quisermos ser burocratas. A carreira é um instrumento para nossa ação política e não podemos abrir mão dessa ação, que é transformadora. Nossa profissão não pode prescindir dela. Sempre digo que, sendo formadores de opinião, muitas vezes abrimos mão dessa condição. Daí outros formam opinião por nós, tornam ilegítima a nossa. Dentro da idéia de uma carreira com sentido de profissionalização, de garantia do direito à educação, temos que ser os melhores profissionais, os mais competentes. Temos que ser agentes sociais, importantes agentes políticos. Por essa razão, nossa luta cria um significado mais amplo, que não se esgota no debate feito entre nós, entre iguais. Devemos jogar o debate para a sociedade, governos, universidade, outros formadores da opinião social e política. Não adianta formar uma carreira melhor remunerada, se nós não podemos fazer dela também um instrumento de mudança da sociedade.

Juçara Dutra Vieira é presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE)

Comunicação, instrumento de cidadania

Antonio Carlos Spis

A comunicação é uma das estratégias previstas como prioridade na Central Única dos Trabalhadores neste mandato, que iniciamos em 2003.

Em contrapartida, podemos constatar que desde a nossa fundação em 1983 (21 anos), nunca foi dada a importância necessária para a área da comunicação. Realizamos somente quatro encontros nacionais, uma média de um a cada cinco anos, muito pouco para a maior central sindical da América Latina e a quinta do mundo.

Isto está diretamente relacionado ao fato de que lideranças sindicais, políticas, comunidades de base, etc... usam do discurso, da argumentação, da defesa de teses juntos às "bases", para garantir suas idéias. Apesar de ser da natureza do sindicalista e do militante político a firmeza na argumentação, nas assembléias, nos debates, etc..., ao invés de fortalecer mais e mais estratégias de comunicação, o que temos visto é exatamente o contrário: na grande maioria, quanto mais o dirigente se torna eficaz, lidera greves, dá entrevistas, se torna uma figura pública regional, nacional, "ele também passa a entender que isso basta, e não investe em comunicação!"

Com certeza falta formação, falta dar espaço para renovação de diretorias, falta perder o receio do novo, porque se isso estivesse acontecendo, somente "o discurso"

terá valorizado por estas direções, teria maior aceitabilidade na nossa representação de mais de 22 milhões de trabalhadores.

Quero enfatizar os números: se o "discurso" é suficiente, porque só temos 7,5 milhões de sindicalizados?

Está certo que a média de 34% na família CUT é bem superior à média nacional (12%), mas acho, sinceramente, muito pouco porque temos a oportunidade de falar da CUT todo dia nas fábricas, bancos, serviço público; convocamos os trabalhadores para seminários da CUT, para debater as propostas da CUT, etc. e porque não temos 80, 90% de sindicalização ?

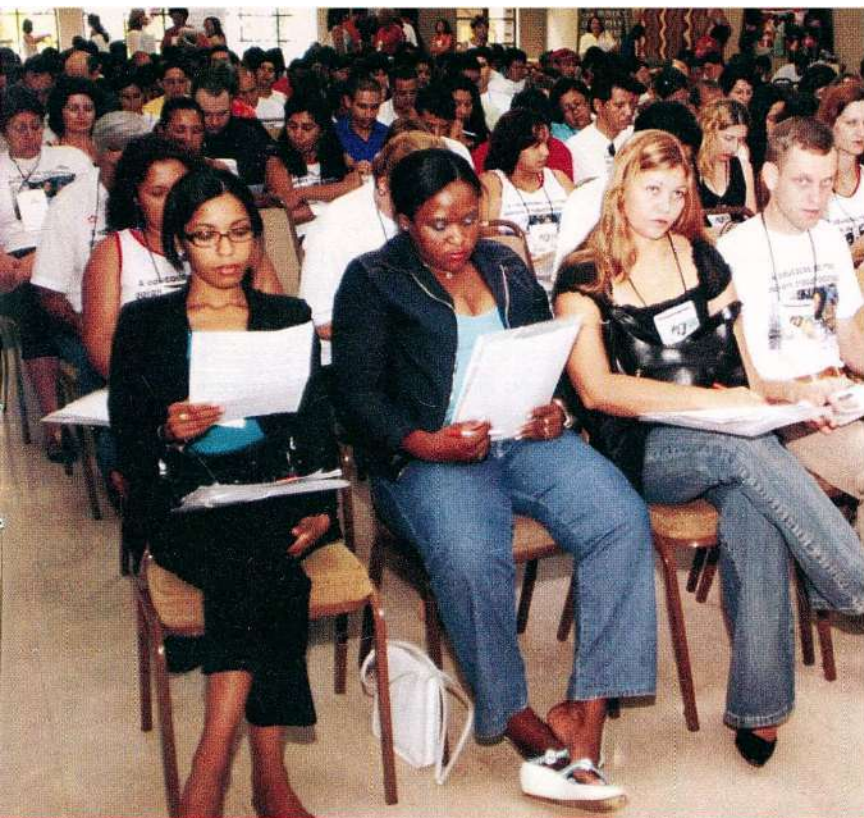
Simples, está faltando comunicação, investir em meios eletrônicos, programas de rádio, TV...

Só é possível mudar o discurso da CUT com uma estratégia de comunicação. É preciso verificar o que realmente está ocorrendo em cada local de trabalho e criar uma estratégia regionalizada para cada setor, cada ramo, cada escola, indústria química e assim por diante.

A Reforma Sindical nos obriga a antecipar esse debate, pois com a aprovação dela, os sindicatos só serão respeitados se tiverem uma grande representação de sindicalizados.

A CUT está em todos os Estados do Brasil e no Distrito Federal, está inserida em todos os ramos de produção e em





Congresso do Sintep-MT out/2004

todos os setores da economia, mas isso não nos garante chegar a todos os trabalhadores da família CUT, muito menos ao conjunto da sociedade. Se quisermos disputar a hegemonia na sociedade, nossa voz tem que chegar em todos os rincões do país !

Trabalhadores têm se qualificado cada vez mais. Os debates da última década sobre precarização e flexibilização das condições de trabalho tornaram a classe trabalhadora mais consciente e exigente, e já não basta colocar um carro de som na unidade de trabalho, fazer um belo discurso e pensar que está tudo resolvido.

Fomos obrigados a debater a redução de jornada com redução de salários, trabalho temporário, demissão temporária, etc., nos locais de trabalho porque os trabalhadores não vinham ao sindicato com receio de demissões.

A comunicação tem que estar junto de qualquer estratégia. Por que estamos priorizando a comunicação neste mandato? Porque a CUT quer ter voz própria!

Essa mesma imprensa que hoje nos dá espaço num determinado momento pode nos fechar as portas abruptamente sem nenhum motivo aparente, mas com certeza, devido ao poder econômico que ela representa.

Estamos reivindicando junto ao governo Lula, instrumentos próprios (concessões de rádio/TV) de comunicação, e fortalecendo imprensa alternativa como rádios/TV's populares e comunitárias. Em maio/2004 transmitimos ao vivo (para 14 Estados) pela internet, o 4º Encontro Nacional de Comunicação da CUT, numa parceria com a Rede ABRAÇO.

Entendemos que o próprio governo Lula precisa construir uma rede nacional de rádio e TV. Ficar à mercê de grupos que se apossaram de "sinais públicos de televisão" é correr um sério risco de ficar sem voz !

Não há lei que proíba que um único grupo seja deten-

tor da maior rede de TV aberta, fechada, a maior rede de rádio, dominar a internet e ter o segundo maior jornal em circulação no país. Estou falando das organizações Globo. Um conglomerado de comunicação, com ramificações no Brasil todo, construído pela ditadura de 1964 e que se molda aos governos desde àquela época. Hoje estão com Lula, mas lembram das manobras a favor de Collor contra o mesmo Lula em 1989?

Uma rede como a Globo influencia no consciente coletivo ininterruptamente!

É bom lembrar que o presidente Hugo Chavez, da Venezuela, criou sua própria rede de TV, senão não teria como dialogar com o povo venezuelano.

A recente discussão sobre o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) é um bom exemplo. Deram espaço para todos os setores da sociedade se posicionarem, é claro, induzidos a falarem contra, e para as direções dos sindicatos dos Jornalistas e da

Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), que apresentaram o projeto, nada, nenhum espaço!

Enfatizaram a tese de que o CFJ era antidemocrático, censor e fiscal da atividade dos jornalistas, escondendo o mérito do projeto que era o da ética da informação, garantia de direitos de resposta, e democratização da informação para que ela chegasse com qualidade ao conjunto da sociedade.

Os seus formadores de opinião batiam nesta tecla diuturnamente, até que conseguissem garantir o arquivamento do projeto.

Redes de rádio e TV são concessões públicas e a sociedade precisa criar instrumentos de controle!

Por que a CUT, a UNE, o MST, a CMP não podem também ter seus canais de TV?

Por que em qualquer negociata no Congresso Nacional eram distribuídas emissoras de rádios e TV's em troca de votos?

Única e exclusivamente porque comunicação é poder !!

Grandes redes de comunicação usam do artifício da "blindagem", negociando grandes pacotes de investimento e oferecendo em contrapartida "tirar de pauta" um determinado candidato, por exemplo.

Estamos com um programa de TV, que vai ao ar aos sábados na Rede TV, das 15h15 às 15h45. Temos um programa de rádio de segunda à sexta-feira, das 7h às 8h, mais três minutos a cada hora cheia até às 18h, num total de uma hora e meia por dia, na Rádio AM "9 de julho", em São Paulo. Estes dois instrumentos de comunicação estão também disponibilizados no nosso site(www.cut.org.br).

Qualquer pessoa do Brasil que dê uma entrevista para o nosso pessoal pode reproduzi-la através do site.

Hoje, o site da CUT permite não só integrar o Brasil do ponto de vista da comunicação cutista, como garantir informação ao vivo para construir realmente uma grande rede

de comunicação nacional.

É um dos nossos desafios "construir uma rede nacional de comunicação da CUT". Assim, toda matéria produzida em qualquer parte do Brasil ganhará destaque e visibilidade no site da CUT. Essa é uma estratégia que seguramente vai conseguir garantir o fluxo da informação cutista e uma integração nacional muito grande. Além disso, temos que garantir que todas as CUT's estaduais tenham seu próprio site, fomentando a produção regional. Hoje assistimos os noticiários das TVs e raramente vemos um destaque para uma notícia de outro Estado que não seja São Paulo e/ou Rio de Janeiro. É uma imposição da visão/realidade paulista e carioca.

Nossa meta é que haja fluxo de informação com espaço garantido à informação regional, e para isso estamos preparando a transformação do nosso site num verdadeiro "portal do mundo do trabalho".

Com o "portal" vamos economizar tempo e dinheiro. Qualquer reunião nacional que se organize hoje na CUT vem logo a pergunta: quem paga as passagens e o hotel? É real que a CUT passa por dificuldades financeiras e podemos criar "salas de bate-papos", os chamados "chats", emanando uma informação de São Paulo através do nosso presidente Luiz Marinho e integrando o Brasil em tempo real, para discutir um assunto premente como a Reforma Sindical, por exemplo.

O poder econômico, aliado a uma verdadeira ditadura da comunicação que existe no Brasil, obriga que sejamos estratégicos e criativos para garantir a criação de instrumentos regionais de comunicação que possam nos dar visibilidade nacional. Estamos produzindo um clipping, ou seja, uma coletânea de notícias onde mais de 30 instrumentos de comunicação pesquisados diariamente por estagiárias de jornalismo, são disponibilizados logo, às 9h, no site da CUT. Qualquer pessoa que acesse o site terá à sua disposição notícias da grande imprensa nacional e internacional sobre política e sindicalismo. Mas são necessários clippings regionais também para fazer o caminho inverso, cruzando as notícias regionais com as nacionais.

Estamos investindo também nesse mandato, junto com a Secretaria Geral, no Centro de Documentação da CUT, o nosso CEDOC, que possui farto material sobre a história das CUTs nacional e estaduais, acervo fotográfico, etc... Os equipamentos são modernos e o pessoal qualificado, mas falta dar importância e visibilidade à memória sindical.

Vamos ter um espaço importante no portal, que estamos chamando de biblioteca virtual, onde disponibilizaremos arquivos históricos para pesquisa não só da família CUT, mas para toda a sociedade.

Não será fácil construir a rede nacional de comunicação da CUT, porque não temos nos sindicatos e nas CUTs companheiro(a)s com dedicação integral nessa área, e em grande parte nenhum profissional especializado (jornalista/assessor de imprensa/fotógrafo...) o que dificulta a integração com os instrumentos e profissionais que temos hoje atuando.

É preciso investir/qualificar os profissionais de comunicação que já estão conosco e contratar outros diretamente porque precisaremos de um verdadeiro conselho editorial

nacional para dar conta das pautas para a TV, rádio e portal. Queremos construir isso a duas mãos integrando a nacional (em São Paulo) com todos os Estados do país.

Uma proposta estratégica definida no 4º Encontro Nacional de Comunicação foi a de construirmos, junto com a Secretaria de Formação da CUT, projetos de formação com ênfase em comunicação, com apoio do meio acadêmico e incluí-los no Plano Nacional de Formação da CUT já em 2005. Só assim poderemos inverter o jogo, ou seja, conscientizar as direções e a militância sobre a importância da comunicação e transformá-la numa prioridade nos sindicatos, federações, CUTs, etc.

Para enfrentar a precarização e a flexibilização profunda que as transformações do mundo do trabalho trouxeram para a área de comunicação (repórter abelha, frila, fixo, PJ,...), nossa Secretaria está empenhada na construção do ramo da comunicação da CUT, que ainda não existe (é claro, junto com os sindicatos da área). A Reforma Sindical possibilitará a construção de contratos coletivos nacionalmente articulados o que poderá frear a ânsia de exploração dos detentores dos meios de comunicação no Brasil.

Temos projetos prontos (aguardando patrocínio) e estamos estudando alguns de médio e longo prazos, como: videoconferências via Embratel com instalação de equipamentos de áudio e vídeo em todas as CUTs estaduais para transmissão simultânea, revista mensal, uma revista para julho em parceria com a CFDT (França), editora, um festival da nova canção brasileira, etc...

Somos uma CUT e Sindicatos CUTistas que ainda não sabem apresentar corretamente sua marca. Temos uma marca registrada que deve ser tratada nas cores, no formato e nas medidas corretas, porque na disputa que será aberta com a nova Reforma Sindical, vamos ter que sair a campo e fazer o debate da nossa concepção, prática, estratégias, etc... e é inadmissível que em cada jornal sindical as famosas três letrinhas (CUT) sejam apresentadas de forma diferente.

Inevitavelmente, a CUT entrou no campo dos patrocínios. Só é possível aprovar um projeto nacional se você tiver parceiros públicos e privados. É um mal necessário já que andamos mal das pernas quanto às finanças, mas qualquer que seja a parceria, em hipótese alguma influenciará na grade de programação e nos princípios da CUT. Se porventura o Banco do Brasil patrocinar um determinado programa e os bancários do BB estiverem em greve, com certeza cobriremos a greve...

Só se conquista cidadania plena com direito à informação plena e de qualidade. Sabemos que a inclusão social é uma necessidade vital, tendo a saúde, educação, saneamento básico, terra, moradia como direitos fundamentais para a sobrevivência, mas com comunicação, com certeza teremos mais força na defesa dos nossos direitos e da sociedade.

Antonio Carlos Spis é petroleiro e secretário Nacional de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Organização, estrutura e inclusão tecnológica do Sintep/MT

Júlio César Viana

Este é o quarto mandato que a Secretaria de Comunicação do SINTEP é remunerada pelo sindicato. Construímos dentro do nosso sindicato um culto à comunicação e formação, para o qual destinamos 10% das nossas receitas. Além disso, temos um contrato com uma equipe de companheiros de comunicação que criaram uma empresa, uma assessoria de imprensa, especializada na divulgação e comprometida com a luta dos trabalhadores, a Pau e Prosa Comunicação.

A revista Novos Rumos é publicada exclusivamente com os recursos do SINTEP, mas estamos buscando comercializar a publicidade. Precisamos de outras fontes de financiamento para assegurar nossos projetos de comunicação. Estabelecemos

alguns critérios para isso. Não queremos produtos como bebida alcoólica e cigarros ou de serviços que sejam privatizações de áreas essencialmente públicas. Todo o recurso da publicidade será para ampliação da tiragem da revista, que hoje é de 10 mil exemplares. Além da revista, o SINTEP publica um jornal mural mensal, o boletim informativo, mantém um site e um boletim eletrônico diário.

Quero discutir a questão da inclusão tecnológica, estruturação e organização fazendo uma reflexão sobre a nossa trajetória. Há muito tempo tenho percorrido as estradas desse Estado. Nos últimos seis anos percorri 530 mil quilômetros do Estado de Mato Grosso. A caminhada foi importante para nos trazer até

aqui, mas não podemos parar enquanto o resto do mundo continua caminhando. Qualquer estabilização nesse patamar significa um retrocesso. Até dois ou três anos atrás a comunicação do SINTEP chegava à escola mais rápida do que a assessoria pedagógica da Secretaria de Educação em qualquer lugar do Estado. Nos últimos anos, a Secretaria de Educação está mais ágil porque transformaram o processo de comunicação, sua estruturação e organização, além da adoção de novas tecnologias. Nós também temos que investir em comunicação, estruturação organização e inclusão tecnológica para avançarmos nesse processo.

Temos que implantar a teleconferência. Imagino o dia em



Conselho de Representantes dez/2004



Congresso do Sintep-MT out/2004

que vamos reunir nosso Conselho de Representantes sem ter que fazer grandes deslocamentos. Por exemplo, quem é de Colniza tem que vir da fronteira do Estado do Amazonas até Cuiabá. Se for no período das águas essa viagem pode durar uma semana. Então, temos que criar mecanismos para aproximar essas distâncias. Mato Grosso tem 10% do território nacional e temos que dar conta de atender a demanda da nossa categoria no contexto de todo esse Estado.

Somos 50 mil trabalhadores da educação, felizmente num patamar de sindicalização maior do que a média nacional. Temos 20 mil 743 sindicalizados, segundo dados fornecidos pela CNTE. Dos 50 mil trabalhadores da educação, grande parte é da rede municipal. Estive em diversos lugares para tratar da questão da rede municipal. Em muitas dessas localidades o custo da nossa ida até lá é bem maior do que os recursos da contribuição dos companheiros de lá. Mas a questão não pode ser vista apenas do ponto de vista econômico, em uma relação de mercado, como se esses companheiros contratam nossos serviços. Não podemos deixá-los sem a presença do sindicato. Temos uma realidade perversa e os companheiros que estão mais isolados são os que en-

frentam as maiores arbitrariedades e os que sofrem as maiores penalidades. Eles já são isolados e por isso não recebem atendimento do Estado, não recebem atendimento judicial. O sindicato não pode fazer de "conta" e dizer que não dá para ir lá, que não vai estar presente na hora que o "bicho pega".

Felizmente, estamos concluindo a construção da nossa sede central. Agora temos que pensar as nossas sedes regionais. É essencial que tenhamos sedes nos pólos regionais, com o mínimo de estrutura, para atender a demanda que mais sobrecarrega hoje as instâncias sindicais: as redes municipais. Temos que começar a pensar em um atendimento de assessoria jurídica que é hoje um dos principais pontos de estrangulamento da nossa ação. Temos que nos informatizar e lembrar que instalar computadores não significa informatização. É essencial sistematizar as informações.

Precisamos avançar na nossa organização regional. Tenho feito diálogos com os companheiros que são dirigentes regionais. Só seremos um sindicato eficiente no dia em que cada diretor regional for presidente do sindicato. Ser presidente não nos coloca acima da capacidade intelectual, de cognição, de representação. Penso que tenho um só voto em

qualquer instância, em qualquer sindicato, portanto, sou igual a todo e qualquer companheiro. Apenas tenho o privilégio de poder passar 365 dias por ano pensando nas questões da categoria, poder percorrer 530 mil km conhecendo a realidade da educação no Estado. Do ponto de vista intelectual e da compreensão política somos todos iguais. Não fui presidente no dia que fui eleito, mas sim no dia que assumi ser presidente. Nós, que estamos nesta condição, nos fortalecemos com aquilo que é preciso fazer. Cada vez que vou a uma assembléia, se digo o que é preciso fazer, é porque alguns de vocês vieram antes me dizer o que é preciso fazer, seja através de um telefonema relatando a agressão que receberam na escola, seja pelo diálogo que tivemos quando visitei a subsede.

Pensar em um diretor regional, solitariamente tendo que enfrentar as demandas do sindicato, seria perverso. Por isso, estamos nesse congresso aprovando o que vai estar presente no nosso estatuto. A organização dos Conselhos Diretivos Regionais é essencial para que possamos dar respostas precisas e coletivas nas questões do cotidiano, principalmente no contexto das leis municipais, que é para mim hoje um dos espaços de maior preocupação. Fortalecer o Conselho Diretivo Regionais vai

ser de grande avanço para os nossos sindicatos.

Quanto à inclusão tecnológica, temos de desenvolver experiências necessárias para que possamos levar o nosso modelo de organização para o contexto da própria estrutura educacional. Pensamos num projeto de organização para a educação estadual onde haveria uma espécie de Conselho de Representantes do universo educacional, em pólos regionais e municipais de educação. Seria a nossa formulação do Sistema Único de Educação.

Nossa organização se reflete em toda a comunidade porque temos sido modelo. Aliás, somos modelo inclusive do ponto de vista da organização intelectual, portanto, formação é essencial. Somos carregados de saberes, precisamos criar oportunidades onde se possibilite socializarmos nossos saberes. A trajetória

até aqui também é fruto do processo de formação e temos que continuar investindo. Temos que criar novos quadros dirigentes.

O GAT (Grupo de Assessoramento Técnico) que está sendo criado, é essencial para nós. Estamos propondo que três ou quatro companheiros de cada município acompanhem o financiamento da educação. Alguns companheiros reclamavam de que não estavam qualificados para comporem os Conselhos de Acompanhamento e de Gestão de Educação. Então temos que nos qualificar porque não podemos esperar. A formação de dirigentes sindicais, principalmente nas redes municipais, é essencial. As negociações das subsedes com os prefeitos são as piores, as mais difíceis. Sofre-se menos ameaças no Palácio Paiaguás, que no gabinete do prefeito. Os companheiros que fazem esse

enfrentamento têm que estarem preparados e qualificados para uma negociação coletiva, como também para o planejamento estratégico, para a condução de assembléia, para preparar a categoria para a luta, conhecer métodos de comunicação, para saber como faz uma intervenção no rádio, na TV ou escrever um boletim ou panfleto para a comunidade.

Avançamos muito na organização das nossas subsedes, mas ainda há carências, como a criação das nossas representações em unidades escolares. Só assim vamos garantir que a presença do sindicato esteja efetivamente onde está a categoria, nas unidades escolares. É lá que a sofremos todas as perseguições e agressões na nossa carreira.

No sindicato também é necessário pensa a sua arrecadação. Quando assumi a presidência, em



1998, a receita do sindicato era de R\$ 56 mil. Em função da sindicalização, principalmente nas redes municipais, temos hoje uma receita em torno de R\$ 160 mil mensais. Os limites financeiros limitam também nossa organização e estruturação. Temos que pensar nessa questão. Quero deixar aos companheiros uma reflexão. Se aumentássemos nosso percentual de 1,5%

para 2%, asseguraríamos cerca de 40 a 45 mil, todo mês. O aumento de 0,5% seria fechado para investimento no sindicato dando prioridade de instalações das sedes dos nossos pólos regionais e à instalação da infra-estrutura necessária para isso. Só assim teremos a capacidade de investimento exigida para fortalecer o SINTEP/MT e garantir que ele será sempre um instrumento da catego-

ria e da sociedade na defesa dos nossos direitos e da cidadania.

Júlio César Viana é presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT).



Apresentação do Coral de Flautas Meninas do Pantanal no Congresso do Sintep-MT out/2004

"Pra Continuar Valendo Nosso Suor"

Gestão 2003-2006

Diretoria

- Presidente Júlio Cesar Martins Viana (Colíder)
Vice-presidente Maria Aparecida Arruda Cortez (Várzea Grande)
Sec. Geral Marli Keller (Cuiabá)
1ª Secretária Geral Maria Cirlene Resende Cunha (Cuiabá)
Sec. Finanças Orlando Francisco (Cuiabá)
1ª Sec. Finanças Maria Helena Wagner (Barra do Garças)
Sec. Infra-estrutura Ziquidalto de Castro Rodrigues (Itiquira)
Antonio Marcos C. da Silva (Itiquira)
Sec.Org. Sindical Edson Evangelista dos Santos (Cuiabá)
Luiz Benedito Prina (São José dos Quatro Marcos)
Sec. Form. Sindical Gilmar Soares Ferreira (Várzea Grande)
Sec. Adj. Form. Sindical Neuza Aparecida dos Reis (General Carneiro)
Sec. Ass. Educacionais Maria Antonia Martins dos Santos (Cuiabá)
Sec. Adj. Ass. Educacionais Maria Luzenira Braz (Cuiabá)
Sec. Comunicação Divanez Alves Correia (Porto Alegre do Norte)
Sec. Artic. Sindical Helena Maria Bortolo (Cuiabá)
Sílvio Sérgio Paccin (Denise)
Sec. Funcs. Educação Juvercy Alves Gonçalves Júnior (Guiratinga)
Sec. Adj. Funcs. Educação Maria da Piedade Cunha Lima Morais (Barra do Garças)
Sec. Redes Municipais Lúcia de Lourdes Gonçalves (Cáceres)
Sec. Adj. Redes Municipais Tereza Piloneto Mangolin (Colíder)
Sec. Políticas Sociais Maria Luiza Bartmeyer Zanirato (Cuiabá)
Sec. Ass. Juríd. Legislativos Bregitte Margot Zittlau (Água Boa)
Orlando Santos (Cuiabá)
Sec. Aposentados Tânia Tereza Pasqualini (Rondonópolis)
Sec. Adj. Aposentados Creuza Camila de Figueiredo (Cuiabá)
Sec. Cultura Thelma Maria Silveira (Cuiabá)
Dalvina Bello Kirchesch (Campo Verde)
Sec. Adm. Sindical Isac Pintor (Juara)
José do Carmo (Comodoro)

Pólos Regionais

- Oeste I Ricardo de Assis (Poconé)
Oeste II José Alcides Gil (Cáceres)
Oeste III Francisco Santino da Silva (Pontes e Lacerda)
Nortão I Andiária Telma Lopes de Souza (Colíder)
Nortão II Henrique Lopes do Nascimento (Alta Floresta)
Nortão III Cleufa Hubner (Sinop)
Nortão IV Denílson Brito de Almeida (Juara)
Sul I Clecy Machado de Souza (Rondonópolis)
Sul II Auro Antonio Merenguelli (Jaciará)
Noroeste: Geovani de Matos Lins (Juína)
Médio Norte I Vânia Regina do Prado Vieira (Barra do Bugres)
Médio Norte II Mirian Petrenko (Rosário Oeste)
Leste I Omar Cirino de Souza (Barra do Garças)
Leste II Ana Lúcia Antonia da Silva (Ribeirão Cascalheira)
Leste III Alex Ferreira da Cruz (Luciara)



sintep

40 ANOS

Livre, democrático e de luta
CNT-MT